

# TERCEIRO ENCONTRO

(28.04.93)

Começamos? Lembro que, na primeira aula, expus os conceitos paradigmáticos da Análise Institucional; recordo ainda que todos os conceitos socioanalíticos estão marcados pela contradição. Por exemplo, institucionalização e autodissolução.

No encontro de ontem, falamos principalmente de conceitos operatórios em Socioanálise. Gostaria de fazer uma observação a esse respeito. Observei que muitas das perguntas não se referiam a conceitos operatórios; que vocês preferiram levantar questões gerais a abordá-los. Creio ter sido assim devido à minha exposição; foi muito cansativa.

Hoje, estou me propondo a voltar a discutir um desses conceitos: a restituição. Sobre esta falei pouco, no entanto, é muito útil para apresentar aquilo que denomino **técnica do diário de pesquisa**. Tal técnica não se refere especificamente à pesquisa, mas ao processo do pesquisar. Acredito que, mais cedo ou mais tarde, todos aqui estiveram ou estarão envolvidos na descrição e redação de uma pesquisa.

A restituição, enquanto conceito socioanalítico, supõe que se deva, e se possa, falar de algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra. Essas coisas seriam as comumente silenciadas, faladas apenas em corredores, cafés, ou na intimidade do casal. De

fato, para nós, tais "coisas" são aquela "fala" institucional que não pode ser "ouvida" de forma pública. Há, freqüentemente, um aspecto de indiscrição no conceito de restituição e, mesmo, o risco de se cair na denúncia meramente recriminatória. É preciso estar muito atento quando se maneja essa técnica e a melhor maneira de combater seus riscos - a mera indiscrição, a acusação revanchista, as denúncias impotetizantes, as alianças espúrias e, até, irrefletidas ... - é aplicá-la a si mesmo. Ou seja, deve-se enunciar "coisas", e não denunciar outrem.

Nesse sentido, farei uma restituição sobre as minhas tarefas de hoje. Esta manhã, fui convidado a ir à Petrobrás. Perguntei-me, diversas vezes se, indo, não traía a ortodoxia da Análise Institucional; se não estaria me arriscando a me vender à grande empresa pública de seu país. Devo dizer que não recebi tostão pela visita, portanto estou "duro", mas bastante tranquilo com relação à ortodoxia.

Após o almoço, trabalhei no Instituto de Medicina Social da UERJ. Não era nenhuma empresa, pública ou privada, logo, não tive problemas por estar ali. E também não fui pago por esse trabalho.

Como vêem, a restituição na socioanálise, para ser verdadeiramente construtiva, supõe o respeito a certas regras. Entre estas, certamente, as regras ontológicas da discricção, e as regras técnicas relativas à escolha do momento oportuno para a restituição. É um pouco como na vida cotidiana, quando escolhemos o que deve ser dito das coisas que pensamos (e quando). Realmente nunca dizemos tudo a que pensamos, não importa em qual situação.

Nas intervenções, procuramos, em geral, reservar o início de cada sessão para a restituição. Se a sessão for pela manhã, faz-se a restituição logo após a almoço (inclusive de acontecimentos ocor-

ridos durante a momento do intervalo ou à refeição, que tenham sido considerados pertinentes ao trabalho por qualquer pessoa do grupo). No início da sessão do dia seguinte, fazemos a restituição do sucedido na noite anterior, considerando todo e qualquer acontecimento, inclusive sonhos, como possível material. Se as pessoas resolverem contar as suas aventuras eróticas, podem também fazê-lo. Nem sempre isso é penineme à socioanálise, mas ... Os sonhos, ao contrário, têm se revelado um excelente material à restituição. Pessoalmente, gosto muito de contar, como pane da restituição, meus sonhos ao grupo.

Uma última coisa sobre a restituição como dispositivo socioanalítico: não se trata de simples informação. Não raro, para causar fortes efeitos no grupo, a ação de restituir independe da aparente importância do conteúdo da restituição. Às vezes é mais fácil a análise realmente dar a partida, se produzir, mediante a restituição de um acontecimento aparentemente banal. Bom, isso é o que podemos falar da restituição na técnica socioanalítica.

Num segundo momento, gostaria de ampliar a noção, lembrando de coisas que vocês talvez conheçam; ou seja, o papel, cada vez maior, da restituição em trabalhos de campo das ciências humanas e sociais. Quer dizer, trabalho de pessoas concretas, como nós; no caso, sociólogos e psicólogos.

Restituir às pessoas com quem trabalhamos a saber científico que se permitiu construir é uma idéia relativamente recente que, por muito tempo, escapou completamente aos pesquisadores.

Os primeiros sociólogos de campo não se preocupavam em restituir à população estudada os resultados da pesquisa. Ou, simplesmente, falar da importância que teve essa população para a produção científica. Fazendo uma analogia, diria que também Freud não se deu conta da co-produção das mulheres históricas na

teoria psicanalítica. E isto, mesmo tendo confessado – como outros psicanalistas confessaram - que, sem algumas de suas clientes, ele não poderia ter produzido sua teoria; que alguns dos conceitos psicanalíticos não foram produzidos por teoria, mas no diva - como, por exemplo, a famoso conceito de cura pela palavra, claramente produzido por uma de suas primeiras pacientes.

A restituição apareceu como um verdadeiro problema no âmbito da etnologia de campo. Esta tem suas origens na etnologia colonialista e não se dá conta de que só poderia ser produzida (ter sua gênese teórico-social) numa situação colonialista em fase de destruição. Mais um saber, completamente político, pretendendo-se "neutro" ... O político que "invadia o científico" não era percebido por etnólogos ou demais pesquisadores de campo. Para que se realizasse uma verdadeira revolução epistemológica - introduzindo, na pesquisa de campo, a restituição do resultado à população estudada -, foi preciso um outro acontecimento político. Digo "outro", porque a epistemologia é, antes de tudo, política. Esse acontecimento político foi a processo de descolonização, ocorrido no mundo inteiro, modificando, na produção do saber antropológico, as sempre presentes e negligenciadas relações de poder entre ciência e colonialismo. A descolonização produziu um efeito analisador enorme.

Atualmente, os etnólogos não podem fazer aquilo que bem entendem ou, simplesmente, ir aonde melhor lhes convenha. Não podem, como diziam fazer, se "restringir à pesquisa de campo", pesquisa esta meramente "científica". Hoje têm, freqüentemente, que pedir permissão às autoridades do país ao qual se dirigem para a pesquisa. Essas organizam as possibilidades do trabalho de campo e, às vezes, caso queiram, podem intervir completamente nos resultados do mesmo, como a ocorrido na China comunista.

Muitos países outrora colonizados, como uma forma de controle para o Estado local, uma forma bastante atual de controle, exigem a restituição dos resultados da pesquisa, antes de permitir que sejam tornados oficiais. Ou seja, antes que a pesquisador vá valorizar o seu trabalho em seu próprio país de origem - obtendo diploma, prestígio, empregos, graças ao saber que ele roubou aos "indígenas" -, essas nações podem exigir, hoje, que os resultados do mesmo lhes sejam comunicados.

Em alguns países, o controle vai ainda mais longe: podem exigir do etnólogo uma cópia de todo o material por ele recolhido - fitas cassetes, de vídeo, fotos e, até mesmo, o seu caderno de anotações da pesquisa.

Fora da etnologia colonialista ou neo-colonialista, alguns métodos de pesquisa (pesquisa-ação e pesquisa-participante, por exemplo) usados em diversos países - inclusive Brasil - propõem, dentro do próprio país, a questão da restituição. Tais métodos supõem um mínimo de co-gestão, co-participação, entre objeto e pesquisador. Há formas muito diferentes desse tipo de colaboração; algumas bastante democráticas, bem participativas, e outras não passando de uma exploração fantasiada. Isto é, a população estudada é tratada como "serviçal doméstico", muitas vezes, efetivamente "servindo" ao sociólogo; comumente negligenciada, em função da pesquisa, não obtém uma restituição verdadeira, concreta e objetiva de seus resultados - sequer sabe que pode exigir essa restituição. Mas a que entendo por concreto? Concreto não significa apenas enviar, um ano mais tarde, um artigo, um livro publicado pelo sociólogo à população participante da pesquisa; concreto compreende uma restituição pessoal, implicada e posta, dentro da pesquisa, como um procedimento real e necessário do ato de pesquisar (intervir). Enviar o artigo apenas, é muito fácil.

Ainda mais, quando muitas dessas populações pesquisadas são analfabetas. Como única "restituição", não entendo o que podem fazer com esses "inteligentes" textos, a não ser que os possam usar bem pouco convencionalmente, de uma forma ... não muito adequada.

A restituição não é um ato caridoso, gentil; é uma atividade intrínseca à pesquisa, um feedback tão importante quanto os dados contidos em artigos de revistas e livros científicos ou especializados. Ela nos faz considerar a pesquisa para além dos limites de sua redação final; ou melhor, de sua transformação em mercadoria cultural para servir unicamente ao pesquisador e à academia. A restituição como parte integrante da pesquisa é mais um denominador comum pelo menos teórico, entre a socioanálise e os métodos da pesquisa-participante ou pesquisa-ação que há pouco mencionei. A pesquisa para nós, continua após a redação final do texto, podendo até mesmo, ser interminável. Se a população estudada recebe essa restituição, pode se apropriar de uma parte do status do pesquisador, se tornar uma espécie de "pesquisador-coletivo", sem a necessidade de diplomas ou anos de estudos superiores, e produzir novas restituições, tanto ao agora talvez ex-pesquisador quanto ao presente social mais imediato ou global. Isso seria, efetivamente, a socialização da pesquisa.

Basicamente é o que tenho a dizer sobre os dois primeiros usos possíveis da noção de restituição. Antes de passar ao terceiro - necessitaremos de mais tempo -, posso responder a perguntas sobre o assunto em pauta.

**Pergunta:** *Como se dá a restituição na socioanálise? Como saber se o material restituído ao grupo tem pertinência, ou não, ao trabalho de intervenção?*

**Lourau:** Eu disse muito rapidamente agora há pouco que, em socioanálise, as restituições devam ser pertinentes à intervenção. Pedimos essa pertinência aos intervenientes dos socioanalistas; isto é, que o material restituído pelos socioanalistas tenha relação com a análise de suas próprias implicações, obviamente, na situação de intervenção.

Por exemplo, quando fiz, ao início dessa aula, mesmo não estando em situação de intervenção, uma restituição de minhas tarefas de hoje, falei sobre alguns fatos relativos aos vínculos financeiros de meu trabalho no Brasil e essa pequeníssima exposição poderia ter funcionado como um "disparador" para uma socioanálise. Todavia, não podemos exigir do grupo-cliente que tão gratuitamente ofereça as suas implicações à análise. Essa também é, eu diria, uma regra. Se quisermos, podemos enunciar várias regras, mas a principal é, em última instância, falar de tudo que se considere pertinente à vida. É bastante amplo, e as pessoas podem ter vontade de falar sobre literalmente qualquer coisa, não importa o quê. Como disse, o próprio dispositivo já produz certos efeitos. Por exemplo, o clima grupal de uma assembléia, mesmo quando não se trata de um dispositivo socioanalítico, produz freqüentemente efeitos estranhos que podem provocar risos ou reprovação geral e serem reprimidos. Embora, quando instaurada a socioanálise nada deva ser considerado insignificante ou risível, na assembléia geral perde-se totalmente o controle sobre o dispositivo. A restituição é, assim, um movimento para retomar os acontecimentos, em geral, excluídos.

Podemos, ainda, fazer uma comparação entre o clima socioanalítico e o de certas assembléias revolucionárias. Isso não significa que instituamos assembléias revolucionárias, mas que semelhanças curiosas entre ambas, talvez tenham ligação com o dispositivo.

Posso dar um exemplo que sempre me tocou muito: nas primeiras assembléias da Revolução Francesa, entre 1789 e 1790, as regras do parlamentarismo ainda não tinham sido inventadas e reinava, segundo consta, uma grande liberdade de expressão. Não havia, é claro, uma equipe de socioanalistas, mas, de certa forma, a instituição da representação nacional os substituía. Essa instituição, totalmente nova e perturbadora, tinha efeitos sobre o imaginário, não somente dos deputados como também dos espectadores.

Numa dessas primeiras assembléias, um homem foi até a tribuna sem ser oficialmente um representante do povo - fato, inclusive, muito comum à época - e se pôs a contar seus sofrimentos. Seu maior sofrimento era a enurese noturna. Assim, 150 deputados ficaram sabendo que um cidadão fazia xixi na cama e que, por isso, era muito infeliz. A enurese, segundo o relato, tinha feito sua mulher e filhos o abandonarem. Era um homem infeliz falando de sua infelicidade na assembléia geral, e sua intervenção foi muito bem acolhida. Encorajado pelo presidente da assembléia a continuar sua estória, tal homem a concluiu sob aplauso geral. Essa restituição não foi vista, então, como um acting out, uma passagem à ação. Há também tal liberdade no clima socioanalítico. Liberdade de não considerar como meras atuações as restituições de cunho "íntimo". Esse tipo de relato é considerado uma restituição normal e, como tal, pode produzir os mais variados efeitos. Ao dizer isso, gostaria de assinalar que, não raro, há dificuldades enormes em gerir esse tipo de acontecimento. Mas faz parte do trabalho do socioanalista.

*Pergunta: Como a restituição pode ser implementada no trabalho clínico psicanalítico?*

**Lourau:** Não me sinto competente para responder a essa pergunta. Não sou psicanalista, mas acredito que há alguns trabalhos escritos, de origem psicanalítica, sobre essa questão. Por puro acaso, estive trabalhando em artigos exatamente com esse teor, antes de vir para o Brasil; tenho, contudo, sobre tal assunto um conhecimento ainda muito limitado. A grosso modo, se entendi direito, essa questão se refere à contratransferência: eventuais restituições daquilo que o psicanalista sente diante de seu analisando. No entanto, também sobre esse tema não parece haver unidade teórica entre os psicanalistas. Alguns têm, inclusive, uma concepção bastante estreita da elaboração da contra transferência, considerando-a, mesmo, como algo ruim que se deva tentar evitar. Tal concepção, há muito criticada, parece ainda persistir. Um dos primeiros psicanalistas a fazer a crítica a essa postura, se não me engano, foi Ferenczi - junto com toda a Escola Húngara, que o incluía e a Balint, George Devereux, etc ... Confesso que são os meus psicanalistas preferidos, embora eu não seja húngaro. Eles têm, dentro da Psicanálise, a maior sensibilidade socioanalítica que conheço. Posso dar apenas uma opinião pessoal, e não uma opinião autorizada.

*Pergunta: Existe uma relação entre restituição e o conceito de processamento do psicodrama de Moreno?*

**Lourau:** É verdade que existe uma vasta influência do psicodrama sobre a socioanálise; mais ainda no que tange à Psicoterapia Institucional. Os primeiros pesquisadores e praticantes da Psicoterapia Institucional, a partir de uma preocupação com a multireferencialidade, foram buscar, em Moreno, fontes de inspiração

Tal afirmação é observável principalmente nos trabalhos do catalão François Tosquelles.

Essa pergunta me desencadeia também uma outra associação. Emprestamos a idéia de restituição a um grupo, aliás pertencente à Análise Institucional, denominado Centro de Socioanálise. Durante dois anos, fiz minha formação neste centro e aprendi, entre outras coisas, a importância da restituição no trabalho socioanalítico - bastante diverso do que conhecera em meu estágio em dinâmica de grupo clássica (Kurt Lewin). Embora não considere a dinâmica de grupo tão fechada como, em geral, a acusam.

A forma da restituição, não importando se são psicossociólogos, psicanalistas ou socioanalistas, me parece conter ainda uma questão, pessoal, de estilo de intervenção. Tal estilo "profissional" está ligado ao homem, ou à mulher, particular; prende-se, não somente ao que, a grosso modo, chamaríamos "disposições naturais", mas também, a certas culturas e experiências. Notemos o quão pouco à vontade a cultura burguesa, ou pequeno burguesa, parece ficar quando frente à questão da restituição. E não é um fenômeno restrito apenas à Antropologia ou Etnologia, mas percorre partidos políticos, relações interpessoais íntimas, a sagrada instituição do matrimônio e, posto que alguns dos presentes duvidem, até a Psicanálise e a Análise Institucional. Culturalmente a restituição nos aparece como, no mínimo, uma indelicadeza, uma dessas coisas que não se deve fazer. O que restituir, e quando, vai depender, muitas vezes, do quão interiorizadas e ativamente irrefletidas estão essas "normas pudícias" no sujeito da ação. São normas sócio-econômico-culturais que igualmente estão interiorizadas em cientistas ou pesquisadores, os quais, uma vez mais, apesar de implicados com sua cultura, podem desconhecer,

**ativamente**, tal implicação. Há muitas regras e conceitos que, de fato, são a projeção de uma dada ordem social; uma racionalização, no sentido próprio do termo. Voltando à pergunta, há várias fontes ou origens para a idéia socioanalítica de restituição. Moreno, sem dúvida, é uma delas.

***Pergunta:** É possível considerar a cidade, ou um espaço de moradia, uma instituição e utilizar a análise institucional para descentralizar e democratizar a gestão pública, derivando deste proceder, políticas públicas?*

**Lourau:** Esta pergunta nos conduz à própria definição de instituição, sobre a qual falei principalmente no primeiro dia, e mostra ser necessário que a precisemos mais. A questão não é considerar uma cidade ou casa como instituição. Se isso lhe agrada, você o pode fazer, mas instituição não é um conceito descritivo; não designa coisas passíveis de serem vistas, sólidas, concretas. Como tenho dito, trata-se de um conceito produzido por (e para) análises coletivas.

Não temos a instituição diante de nós no início de uma pesquisa, exceto se a tomarmos no sentido banal do termo: o jurídico. A questão, para nós, com a cidade e as políticas ligadas à mesma - e acrescentaria nesta, não só a moradia (paredes, teto ...), mas também os problemas familiares e de vizinhança - é utilizar a noção de instituição como campo de análise, seja da cidade ou da casa. A noção de instituição é um artifício, um modelo teórico que permite compreender o que se passa numa casa, escola, hospital, fábrica, bairro, cidade (desde que não muito grande), etc. .. etc ... O fato de o objeto de estudo não se chamar instituição, não é importante. Pode-se, e deve-se, fazer a análise institucional, por

exemplo, de clubes esportivos brasileiros sem a necessidade de se falar da instituição do clube de São Paulo, nem da instituição do Estádio do Maracanã. Um clube de São Paulo e o estádio do Maracanã são, contudo, elementos da instituição esportiva. Outros elementos são, talvez, os bancos brasileiros ou, mesmo, estrangeiros; os jornais e toda uma população de jornalistas, dirigentes, jogadores, treinadores, espectadores... Enfim, todos os que estão dentro deste complexo sistema de relações, no qual a "ideologia", ou "religião esportiva", tem um papel tão importante quanto a questão financeira adequada ao mundo esportivo.

É por este caminho que se pode fazer a análise institucional, qualquer que seja o objeto social da análise: a cidade, a casa, a família... Certamente existe uma instituição familiar, assim como a indústria de construção de casas tem, na organização daquela, um valor extremamente político.

Concluindo, direi sim à pergunta, talvez de um modo um pouco diverso: sim, é possível fazer a análise institucional da cidade ou da casa, sem que para isso, no entanto, tenhamos que nos preocupar, todo o tempo, com o uso da palavra INSTITUIÇÃO. Não se faz Psicanálise falando todo o tempo de consciente e inconsciente. Analogamente, a mística cristã nos ensina que não basta repetir **Deus, Deus, Deus**, todo o tempo, para se tornar um cristão. Ao contrário, tantas repetições podem, inclusive, fazer de você ... um herege!

*Pergunta: Muitas vezes, as pessoas que estão envolvidas numa socioanálise não falam certas coisas porque seriam objeto de riso das outras. Por conseguinte, me parece que há resistências a esse "tudo dizer", exatamente para não ser objeto de riso. Como a socioanálise lidaria com essa questão? Seria possível um exemplo concreto?*

**Lourau:** Não sei se vou me lembrar imediatamente de um exemplo. Esse tipo de problema pode se colocar em qualquer situação, tanto em um clima socioanalítico quanto em uma reunião social, um teatro, uma universidade... O modo de tratar a questão é que será diferente, se a socioanálise está em curso.

Não é este o nosso caso. Estou aqui numa posição de professor, e não de socioanalista. É difícil me desdobrar e imaginar um tipo de simulação que pudesse dar a idéia, a vocês, de como funcionaríamos perante esse problema, caso estivéssemos realizando uma socioanálise.

*Pergunta: O conceito de restituição pode ser considerado uma tentativa de dar conta do sujeito na história e vice-versa? Pode ser considerado um dispositivo importante para se instaurar ou obter a autogestão?*

**Lourau:** A primeira parte da pergunta é excessivamente geral. Como sugeri anteriormente, não gosto muito de questões gerais: não sou dotado para respondê-las. Quanto à segunda parte, a que entendo melhor, posso respondê-la afirmativamente.

A restituição, qual os demais conceitos socioanalíticos, possui uma implicação diretamente política. Para alguns, isso é bom; para outros, um grave defeito. Para mim, obviamente não é um defeito, pois considero a Análise Institucional um processo diretamente político. Uma das condições de nossa gestão, efetivamente, não é buscar uma transparência terrorista, um tipo de estado fusional - sempre muito traumático e, em geral, a serviço de um grupo ou chefe -, mas consiste em ir passo a passo, etapa por etapa, em direção a novas relações sociais.

A autogestão não é estudável em manuais; é uma construção política permanente que se apóia, principalmente, sobre a restituição. A restituição também não significa confissão privada ou pública, como em seitas religiosas, mas consiste em se centrar numa tarefa - a de **análise coletiva da situação presente**, no **presente** em função das diversas implicações de cada um **com e na** situação. É um dispositivo relativamente aberto, mas não tão aberto quanto uma casa vazia com janelas quebradas e sem teto.

*Pergunta: Qual é a relação da restituição com o ethos do profissional?*

**Lourau:** É uma questão um tanto erudita e se refere mais ao trabalho de meu amigo René Barbier que, ano passado, esteve no Brasil e me contou, por longo tempo, essa sua viagem.

Há vários pontos comuns entre as idéias de Barbier e as da Análise Institucional. Ele foi, durante muitos anos, um membro ativo de nossa corrente. Depois, seguiu por outras trilhas em direção a Castoriadis e à exploração do imaginário social. Estou plenamente de acordo com a aproximação entre o conceito de restituição e o de *ethos*, conforme o define Barbier. Ambos têm relação com o problema ético, mesmo que nomeado de forma diversa. A ética é, naturalmente, essencial em todas as ciências humanas e sociais. Vimos isso quando falamos da etnologia colonialista e neo-colonialista. Essa talvez seja uma pequena diferença entre eu e Barbier: a terminologia. Tendo a denominar **política** aquilo que ele chama ética. Mas, de fato, falamos da mesma coisa.

*Pergunta: Alguns profissionais fazem uma diferenciação entre Análise Institucional e socioanálise. Você vê alguma diferenciação?*

**Lourau:** A pergunta seria mais precisa se indicássemos de que profissional se trata. O autor da pergunta está aí? Poderia precisá-la um pouco melhor? Bem, posso respondê-la brevemente, mesmo ignorando a razão desses profissionais. Entendo que, sendo profissionais brasileiros, talvez tenham razões - que certamente ignoro - para fazer tal distinção. Para nós socioanalistas franceses, não se trata de duas coisas opostas ou mesmo diferentes.

Historicamente, a Análise Institucional surgiu como um prolongamento da Terapia Institucional e da Pedagogia Institucional (desta, ainda não falamos); a Socioanálise apareceu imediatamente em seguida e designa, na origem, um método de intervenção, totalmente determinado pela teoria da Análise Institucional. Logo, em Socioanálise, conceitos paradigmáticos são também operatórios. Trata-se, enfim, de nomes diferentes para um mesmo projeto. A Análise Institucional se refere à questão teórica, ao núcleo construído tanto por certos psiquiatras - reconhecidamente os da Psicoterapia Institucional - quanto por experiência, de Pedagogia Institucional, muitas das quais participei. A Socioanálise, repito, surgiu depois, como um método de intervenção. Essa é a única distinção que nos parece possível, e é histórica.

*Pergunta: São três perguntas, na verdade. Os efeitos da restituição são discutidos e interpretados no (e com) o mesmo grupo? Complementam a análise das implicações do pesquisador no campo? Existe relação com o Grupo Operativo de Bleger, Pichón-Rivière, etc?*

**Lourau:** Sim, certamente a autorização da restituição faz parte da assembléia geral. Senão, não seria restituição. Acredito ter falado disso ontem. O uso das técnicas de anteparo, como as

caixas preta e vermelha, não significa que o processo socioanalítico esteja terminado, apenas provisoriamente diminuído. É assim como, pela eminência do perigo, frear um pouco a carro. Depois se volta a acelerar. Ou seja, a formação fechada nas **caixas** é, indubitavelmente, restituída depois, na assembléia geral, produzindo simplesmente uma retenção provisória da restituição.

Quanto à segunda questão, serei muito breve, pois a resposta, certamente, é afirmativa. Muitos pesquisadores de campo, hoje, já descobriram essa resposta. Por diversas ocasiões, a restituição foi considerada marginal à pesquisa e, entretanto, terrivelmente útil à mesma. Compreendia-se que o essencial das coisas restituídas se fazia tomando café ou um copo de vinho, e esses momentos eram considerados como fora da pesquisa. Todos os pesquisadores de campo fizeram confissões sobre esses "aspectos marginais" da pesquisa, no entanto, acredito que só quando recentrados, como parte integrante da pesquisa, podem esses "aspectos marginais" funcionar como disparadores para uma efetiva análise das implicações do pesquisador.

Por esse motivo, considero necessário serem publicadas essas coisas ditas "à margem" da pesquisa; que não fiquem guardadas na "caixa preta" do pesquisador e de algumas outras pessoas. Essa "desinstitucionalização" da "marginalidade" da pesquisa muito pode contribuir para uma real análise das implicações do pesquisador e do ato de pesquisar. Chegamos, assim, à importância da restituição na escrita, assunto do qual, provavelmente, não falaremos essa noite, mas, talvez, amanhã, pois há ainda questões a serem respondidas.

Com referência aos Grupos Operativos, falarei mais ou menos o mesmo que falei sobre a teoria de Lewin. Na teoria dos grupos operativos encontramos, indubitavelmente, a idéia de um

campo social que ultrapassa a campo do grupo tradicional. Houve deformações tanto da teoria de Lewin quanto da de Pichón-Rivière. Tais deformações consistem, basicamente, em minimizar o alcance da descoberta desse campo. Mesmo que a dimensão da instituição não esteja oficialmente presente no trabalho dos grupos operativos, Pichón-Rivière e Bleger tiveram consciência dessa dimensão. Este fato explica a vasta sensibilidade dessa corrente à Análise Institucional. Foi através dela que a Análise Institucional começou a se difundir por toda a América Latina. Certamente, isso não se deu por acaso.

Há, no entanto, tendências diferentes nas linhas dos Grupos Operativos. Existem, por exemplo, fortes diferenças entre a tendência que chamo "integristas" - representada, em Buenos Aires, pela viúva de Pichón-Rivière - e outras, "bem menos integristas". É com estas últimas que a Análise Institucional tem construído relações.

Sim, diversas tendências de Grupo Operativo sofreram intensos processos politizadores, de uma certa coloração político-ideológica, que as aproximou da Análise Institucional. A prova do que ora falo pode ser encontrada nos dois volumes de **Questionamos**<sup>2</sup>. Nesta obra coletiva de correntes de Grupos Operativos, recomendo, particularmente, o texto de Marie Langer.

***Pergunta:** Peço que você aprofunde e relacione as análise de Gramsci sobre "sociedade civil" com os elementos da Análise Institucional.*

---

<sup>2</sup> LANGER, M. (comp.) **Questionamos a Psicanálise e suas instituições**. Petrópolis, Vozes, 1973; LANGER, M. (comp.) **Questionamos 2: Psicanálise institucional e psicanálise sem instituição**. 13. Horizonte, Interlivros, 1977

**Lourau:** Não, estou muito cansado para aprofundar isso hoje à noite. Acredito que o autor/autora da questão esteja em melhor posição para aprofundá-la, pois esta parece ser uma real questão para ele (ou ela). Para mim, tal deixou de ser questão há mais de 20 anos. Posso, até estar equivocado, contudo, reconheço as contribuições de Gramsci à teoria marxista, mas não quaisquer influências diretas à Análise Institucional. Talvez por ter sido traduzido muito tarde na França e termos tido conhecimento dele com atraso. Todavia, ele influenciou a Althusser e este influenciou a muitos intelectuais latino-americanos (infelizmente, pois Althusser parece que desejou, e conseguiu, transformar Marx em cadáver: é um coveiro do Marxismo!).

Quanto ao conceito de sociedade civil, que para minha tristeza ainda faz sucesso, considero-o falso, tanto do ponto de vista sociológico quanto político. A sociedade civil não existe, exceto para alguns italianos. Creio que agora, principalmente a partir dos últimos acontecimentos envolvendo o Estado italiano, até mesmo esses possam compreender melhor o erro histórico de tal conceito. Muitos intelectuais italianos foram perseguidos pelo fantasma dos dois mundos: Estado e Sociedade Civil. É exatamente o oposto da visão socioanalítica.

Escrevi um livro, editado em 78, chamado **O Estado Inconsciente**<sup>3</sup>, onde afirmo estar o Estado em todo lugar e em todas as cabeças e corpos, sociedade civil ou não. Alguns, fazendo um jogo de palavras intraduzível em português, disseram à época: 'L'A.I. au lit', sugerindo que propunha a análise institucional até no leito; ou seja, que pensava, nos encontros amorosos em me

"encontrar" com o Estado. Por que não? Para a Análise Institucional a transversalidade do Estado é total. Mesmo quando não totalitário; mesmo se democrático. Então, a distinção de Gramsci não nos interessa, pois induz ao erro. Nossas sociedades são estatizadas até o mais íntimo. Toda análise institucional encontra o Estado; não há reservas indígenas, nem homens protegidos, fora do Estado.

Algumas perguntas nos afastaram um pouco de nosso objetivo, tentarei retomar o fio da meada. Não é fácil, pois o dispositivo pedagógico está sendo perturbado por outro dispositivo - o da assembléia, onde se colocam perguntas incessantes e diversas, num clima análogo ao de entrevistas com estrelas de cinema (enquanto estas descem do avião). Não gosto de ser confundido com uma vedete descendo do avião,

Vou, portanto, abordar o terceiro ponto que indiquei antes desse pequeno desvio. Falávamos da redação da pesquisa. Ora, a pesquisa e sua redação são inseparáveis. Um pesquisador da universidade ou do CNPq que nada redigisse, não seria reconhecido como pesquisador; a redação é, em suma, o critério absoluto de legitimação da pesquisa e do pesquisador. Essa legitimação inscreve o escrever como parte essencial da institucionalização do pesquisador e da pesquisa. A redação não é, obviamente, apenas um detalhe técnico e marginal.

A redação que chamo de institucional é a que realiza a espera da universidade ou da instituição de fomento ou, pelo menos, realiza aquilo que, enquanto pesquisadores, acreditamos ser a expectativa delas. Penso que, já no momento da elaboração do projeto de pesquisa, podemos encontrar, facilmente, múltiplas implicações libidinais ligadas a tais expectativas e que estas são essenciais na formulação e condução da pesquisa. Aqueles que já redigiram

<sup>3</sup> LOURAU, R. *L'état inconscient*. Paris, Minituit, 1978.

uma tese de mestrado ou doutorado sabem disso. Sabem que a instituição segura a nossa mão e escreve o produto final de nosso trabalho.

A restituição escrita, conseqüentemente, desempenha um papel em dois planos. Por um lado, ela deveria ser a restituição de todo o processo, açambarcando inclusive as coisas que, em geral, não são inscritas como necessárias, mas que, como vimos, fazem parte do campo produzido pelo pesquisador para realizar o ato de pesquisar; por outro, ser a restituição do próprio pensar/redigir (isto porque a redação supõe a aprendizagem de um código técnico-cultural determinado e desempenha, em nossa cultura, o papel de produzir, e permitir, um cerco tipo de pensar). Evidentemente, a ato de pensar independe da escrita, mas o pensar escolarizado uma de nossas marcas culturais -, e é desse que falamos, está diretamente relacionado à apreensão da mesma.

A instituição acadêmico-científica nos faz escrever e escrevemos para sermos validados e valorizados por ela. A produção de nossos textos, o meu e o de vocês, está portanto implicada com a existência de tal instituição. Sequer aquilo que pensamos estar "naturalmente observando" é natural. .. Se refletirmos sobre o fato de, pelo menos, 49% da população **alfabetizada** não entender sobre o que escrevemos, teremos talvez a prova de que somos um artifício completo. Quer dizer, por mais que não o admitamos, escrevemos sempre para, e por, uma pequena comunidade de pesquisadores, e só. Tal aspecto, durante muito tempo naturalizado, do texto institucional começou a ser questionado quando do desvelamento de diários da pesquisa de campo (fato ainda muito recente no cenário acadêmico-científico).

Há muito se publicam diários de viajantes, missionários, escritores ... Isso faz parte de um gênero literário encontrável em

qualquer livraria. Mas, os diários da pesquisa, embora soubéssemos de sua existência - e a soubéssemos, freqüentemente, de modo clandestino e confuso -, não obtinham aceitação científica ou editorial. Ainda que produzidos por pessoas com notório *status* de cientista. A essa escrita quase obscena, violadora da "neutralidade", chamei de "fora do texto". "Fora do texto" no sentido literal e etimológico do termo: aquilo que está fora da cena; fora da cena oficial da escritura. Penso o texto institucional qual a palco de uma representação teatral; um palco para peças já consagradas, onde não se possa fazer outro tipo de representação; onde não se possa fazer, simplesmente, a peça que se deseje. Se diários da pesquisa começaram a ser publicados, não foi acaso ou "romantismo editorial". Tais publicações se relacionam a uma perda de confiança no texto institucional gerada nos (e pelos) processos de descolonização. Tal contexto histórico-político explica, e bem, porque antigamente o "fora do texto" inexistia e porque agora está começando a ter, timidamente, uma existência científica. Um detalhe indicativo à antiga desconsideração para com o "fora do texto" é a enorme distância temporal entre a redação final desses diários e a data de sua publicação.

Há seis anos, escrevi um longo estudo sobre o assunto<sup>4</sup> a partir principalmente de diários de antropólogos, sociólogos e psicanalistas (como Malinowski, Margareth Mead, Ferenczi e outros). À época, usei todos os materiais disponíveis. E estes eram bem poucos. Em meu poder, quando me interessei por essa pesquisa, havia apenas o diário clínico de Ferenczi. Aliás, um dos mais belos diários sobre pesquisa de campo que conheço. Ele o

---

<sup>4</sup> LOURAU, R. *Le journal de recherche*. Paris. Méridiens Klincksieck, 198H

escreveu em seu último ano de vida, quando experienciava a análise mútua. O processo da análise conduziu a um esfriamento dos laços amorosos que o ligavam a Freud. O relato é, realmente, impressionante.

Além dos diários oficiais de sociólogos e etnólogos, estudei também os diários secretos de Wittgenstein que, não sendo sociólogo, etnólogo, nem psicanalista, manteve diários da pesquisa durante toda vida. A maioria dos escritos diários de Wittgenstein foram publicados, porém nem todos. Enquanto vivo, Wittgenstein publicou dois livros, sob a forma de **tratados**. Após a sua morte, publicou-se o terceiro livro, este sobre **investigações filosóficas**. Lendo os diários secretos, percebemos que todas as demais publicações derivaram desses. Às vezes, passagens inteiras vão diretamente do texto do diário para o institucional (livro). Mas a escrita "fora do texto" é estritamente supervisionada, vigiada pelas diversas instituições culturais: ACADEMIA, PESQUISA, EDITORA... O diário de Ferenczi esperou meio século para ser publicado. Os diários secretos de Wittgenstein nunca o foram oficialmente. A data desses diários é 1914/1918. Há quase 80 anos escritos e, até hoje, só publicados clandestinamente! É um tipo de censura sempre recorrente.

Por que a recusa à escrita "fora do texto"? Tratava-se de Ferenczi, Wittgenstein, Malinowski ... todos grandes autoridades científicas! Mas, seria por isso que se impediu a publicação desses diários; porque traem **O SEGREDO** da produção intelectual, os segredos da pesquisa?

Tais textos relevam as implicações do pesquisador e realizam restituições insuportáveis à instituição científica. Falam sobre a vivência de campo cotidiana e mostram como, realmente, se faz a pesquisa. E é isso que não se deve dizer ou mostrar.

Para camuflar um pouco a hipocrisia institucional, descobrem-se sempre "ótimos argumentos". Por exemplo, no diário de Malinowski há inúmeras notas reveladoras de um forte racismo. Ora, seu autor fez uma carreira inteira como anti-racista; inclusive formou grande parte da elite independentista africana. Ambas as coisas não combinam bem. A vivência mais íntima do pesquisador se encontrar em contradição com seu texto institucional, ou com as suas posições públicas, é algo muito incômodo. Então, é preciso salvar a imagem não contraditória do pesquisador e, conseqüentemente, da pesquisa. É preciso negar a contradição existente nele, em nós e em todos. É preciso, ainda, recorrer à lógica identitária, numa óbvia recusa a quaisquer análises desnaturalizadoras (institucionais).

A segunda mulher de Malinowski alegava, antes de se decidir pela publicação do diário, que este era "muito íntimo". A intimidade é, como sabemos, uma categoria recusada pela ciência. E a intimidade, ainda sob a forma de diário - no caso, o de Ferenczi -, também se revelou surpreendente para a Psicanálise.

A instituição psicanalítica, como todas as demais, funciona à base de segredos e não ditos. Em seu diário, Ferenczi diz coisas que não se deve dizer. Não são denúncias ou críticas a colegas isso, positivamente, não parecia ser de seu feitio. Ele enuncia a sua própria produção, relata os sentimentos e dúvidas provocados pela arriscada experiência da análise mútua e procura levar, ao limite, a análise da contratransferência. Desta forma, porém, atinge um dos principais dispositivos psicanalíticos e desvela ao leitor, não só a artificialidade do enquadre mas, o jogo de forças, político, que este acoberta. Atingir o dispositivo é "macular o sagrado". E não somente na Psicanálise, em absoluto. O dispositivo é o que permite funcionar a prática. Podemos chegar à teoria, mas não ao dis-

positivo, pois nele se exprimem, veladamente, as relações de poder existentes no ato de pesquisar. Esta observação tanto vale para Ferenczi quanto para Malinowski.

Malinowski escreve em seu diário que, um dia, ainda em campo, zangado com seu informante, um homem da região pesquisada, deu-lhe um soco na cara. Segundo o pesquisador, a ajudante-tomado-da-região não lhe trouxera, naquele dia, material suficiente para a adequada continuação de seu trabalho. Isso também faz parte do "como se faz pesquisa". Certamente, da parte secreta dessa atividade; o rol dos acontecimentos não restituíveis. Mas, como disse, essa restituição, hoje, pôde ser feita, com 70 anos de atraso.

Com relação à publicação dos diários de Wittgenstein, freqüentemente se ouve o mesmo argumento protetor "do íntimo". O recurso à intimidade surge então, nas ciências, recobrando questões como a erotismo e o racismo, "protegendo" do olhar público os fatores libidinais da pesquisa. Fatores esses que, como sabemos, são "naturalmente" excluídos do fazer científico, por toda e qualquer ciência. Exceto, talvez, pela Psicanálise; mas esta é outra coisa que não uma ciência.

Em relação a Wittgenstein, o "fator perturbador" era claramente libidinal. Ele contava, muito freqüentemente em seus diários, suas masturbações e tendências homossexuais. Todos sabiam de sua homossexualidade, mas esta não era uma restituição possível no campo das produções do saber científico. Enquanto servia no exército austríaco e escrevia o seu diário num barco de guerra, Wittgenstein nos conta que sofria muito com a ausência de seu querido companheiro. Companheiro este que vivia, à época, na Suécia. Falando disso em seus diários, pesarosamente condenou-os à clandestinidade .... Continuaremos, espero, esse assunto no próximo encontro.